

Sua proteção, nosso valor



Relatório Anual 2010

PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II

Elaborado e publicado atendendo a legislação vigente



FUSESC | FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Sua proteção, nosso valor

Entidade associada à Abrapp, Sindapp, ICSS, ANCEP e ASCPREV.

PATROCINADORAS

BB/BESC, Badesc, Bescor, Codesc e Fusesc.

CONSELHO DELIBERATIVO

Efetivos: Fernanda de Figueiroa Freitas Neves - Presidente, Volnei Tarcio Sousa.

José Manoel de Oliveira, Raul Ferreira, Edison Silva de Orleans, Pedro Bramont.

Suplentes: Patrícia de Carvalho Kuerten Neves, Maurício Vicente de Barros, Mauro Luiz de Oliveira, Milton Augustini, Maria Teresa Crippa Ribeiro Flores, Ademar de Oliveira.

DIRETORIA EXECUTIVA

Vânio Boing - Diretor Superintendente, Marcos Anderson Treitinger - Diretor Financeiro, Bruno José Bleil - Diretor Administrativo e de Seguridade.

CONSELHO FISCAL

Titulares: Júlio César Correa Búrigo - Presidente, José Carlos Mantovani, Ricardo Bayer Battistotti, José Luciano Silva.

Suplentes: Renê Osvaldo Haendchen, Robson Eduardo Amorim.

Este relatório foi revisado pela Área de Comunicação da FUSESC e cumpre o que estabelece a legislação vigente:

Resolução CGPC n. 23/2006

Resolução CGPC n. 13/2004

Leis Complementares n. 108 e 109/2001

Edição concluída em 27 de maio de 2011.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Ernesto Montibeller Filho - Gerente de Investimentos da Fusesc (Coordenador), João Carlos Silveira dos Santos - Gerente Contábil e de Controle da Fusesc, Janis Regina Dal Pont - Participante em Autopatrocínio, Carlos Eduardo Ferreira - Aposentado (Multifuturo I), José Luiz Antonacci Carvalho - Aposentado (Multifuturo II), Ailton Santos - Indicado pela Associação dos Aposentados e Pensionistas da Fusesc (Plano de Benefícios I).

COMITÊ DE IMÓVEIS

Ernesto Montibeller Filho - Gerente de Investimentos da Fusesc (Coordenador), Patrícia de Carvalho Kuerten Neves - Gerente Administrativa e de Recursos Humanos da Fusesc, Aramis Fiates - Participante em Autopatrocínio, Luiz Felipe Clasen - Aposentado (Multifuturo II), Henrique Luz Glória - Aposentado (Multifuturo I), Euclides César Garcia - Indicado pela Associação dos Aposentados e Pensionistas da Fusesc (Plano de Benefícios I).

COMITÊ DE ÉTICA

Efetivos: Francisco do Espírito Santo Gonçalves (Presidente), Cecille Muniz da Mota Kuhl, Carolina Pereira Simões Otte.

Suplentes: Samuel dos Santos, Jesus Lopes Godinho, Vandoir Specht.

COMITÊ DE RECURSOS HUMANOS

Patrícia de Carvalho Kuerten Neves (Coordenadora), João Carlos Silveira dos Santos, Vandoir Specht, Maurício Maciel Santos.

COMITÊ DE APOIO À GESTÃO

João Carlos Silveira dos Santos, Mauricio Maciel dos Santos, José Luiz Dias, Cecille Muniz da Mota Kuhl, Carolina Pereira Simões Otte, Francivaldo Souza do Nascimento, Alfredo José Carvalho, Patrícia de Carvalho Kuerten Neves, Ernesto Montibeller Filho.

Sumário

1. Balanço Patrimonial	4
2. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido	5
3. Demonstr�o do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II.....	6
4. Demonstr�o da Muta�o do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II	7
5. Demonstr�o das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios Multifuturo II.....	8
6. Demonstr�o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada	9
7. Notas Explicativas �s Demonstr��es Contábeis.....	10
8. Parecer Atuarial da Avaliação em 31.12.2010	22
9. Relatório dos Auditores Independentes Bez & Associados.....	27
10. Parecer do Conselho Fiscal da Fusesc	28
11. Parecer do Conselho Deliberativo da Fusesc.....	28

1. Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

ATIVO	2010	2009	PASSIVO	2010	2009
DISPONÍVEL	<u>1.125</u>	<u>1.322</u>	EXIGÍVEL OPERACIONAL	<u>2.610</u>	<u>2.423</u>
			Gestão Previdencial	1.217	1.310
REALIZÁVEL	<u>1.626.103</u>	<u>1.578.477</u>	Gestão Administrativa	1.073	833
Gestão Previdencial	14.779	19.488	Investimentos	320	280
Gestão Administrativa	649	4.003			
Investimentos	1.610.675	1.554.986	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	<u>49.818</u>	<u>36.280</u>
Títulos Públicos	394.066	487.359	Gestão Previdencial	49.818	36.280
Créditos Privados e Depósitos	22.532	30.390			
Ações	15.989	15.965	PATRIMÔNIO SOCIAL	<u>1.575.728</u>	<u>1.542.421</u>
Fundos de Investimento	1.066.887	919.168	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.508.503	1.477.378
Investimentos Imobiliários	66.972	62.329	Provisões Matemáticas	1.437.067	1.376.579
Empréstimos	44.229	39.775	Benefícios Concedidos	1.212.740	1.178.009
			Benefícios a Conceder	224.327	198.570
PERMANENTE	<u>928</u>	<u>1.325</u>			
Imobilizado	384	573	Equilíbrio Técnico	71.436	100.799
Intangível	544	752	Resultados Realizados	71.436	100.799
			Superávit Técnico Acumulado	71.436	100.799
			Fundos	67.225	65.043
			Fundos Previdenciais	538	329
			Fundos Administrativos	65.928	63.944
			Fundos dos Investimentos	759	770
TOTAL DO ATIVO	1.628.156	1.581.124	TOTAL DO PASSIVO	1.628.156	1.581.124

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF Nº 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

2. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

DESCRIÇÃO		2010	2009	VARIAÇÃO %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	1.477.706	1.420.783	4,01
(+)	1. Adi��o�es	184.515	196.204	(5,96)
(+)	Contribui��o�es Previdenciais	18.524	18.535	(0,06)
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	153.185	165.398	(7,38)
(+)	Receitas Administrativas	9.112	8.282	10,02
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	2.145	3.633	(40,96)
(+)	Reversão de Fundos - Gestão Administrativa	1.549	356	335,11
	2. Destina��o�es	(153.181)	(139.281)	9,98
(-)	Benefícios	(126.584)	(122.084)	3,69
(-)	Constitui��o�o de Contingências - Gestão Previdencial	(13.791)	(4.926)	179,96
(-)	Despesas Administrativas	(8.869)	(8.082)	9,74
(-)	Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	(398)	-	(100,00)
(-)	Constitui��o�o de Contingências - Gestão Administrativa	(6)	(6)	-
(-)	Constitui��o�o de Fundos - Gestão Administrativa	(3.533)	(4.183)	(15,54)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	31.334	56.923	(44,95)
(+/-)	Provis��o�es Matemáticas	(60.489)	(72.077)	(16,08)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(208)	(217)	(4,15)
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	29.363	15.371	91,03
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.509.040	1.477.706	2,12
	C) Fundos não previdenciais	66.687	64.714	3,05
(+/-)	Fundos Administrativos	65.928	63.944	3,10
(+/-)	Fundos dos Investimentos	759	770	(1,43)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N   433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N   426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF N   305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

3. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO %
1. Ativos	162.912	152.485	6,84
Disponível	709	869	(18,41)
Recebível	18.973	23.222	(18,30)
Investimento	143.230	128.394	11,56
Títulos Públicos	29.791	36.844	(19,14)
Créditos Privados e Depósitos	1.889	6.082	(68,94)
Ações	1.437	1.435	0,14
Fundos de Investimento	99.081	74.130	33,66
Investimentos Imobiliários	6.272	5.837	7,45
Empréstimos	4.760	4.066	17,07
2. Obrigações	3.275	3.012	8,73
Operacional	196	188	4,26
Contingencial	3.079	2.824	9,03
3. Fundos não Previdenciais	5.797	5.545	4,54
Fundos Administrativos	5.731	5.479	4,60
Fundos dos Investimentos	66	66	-
5. Ativo Líquido (1-2-3)	153.840	143.928	6,89
Provisões Matemáticas	144.149	131.458	9,65
Superávit/Déficit Técnico	9.675	12.465	(22,38)
Fundos Previdenciais	16	5	220,00

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF Nº 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

4. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

D E S C R I � O		2010	2009	V A R I A � O %
	A) Ativo Líquido - início do exercício	143.928	133.483	7,82
(+)	1. Adições	18.337	18.405	(0,37)
(+)	Contribuições	4.735	4.628	2,31
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	13.602	13.777	(1,27)
	2. Destinações	(8.425)	(7.960)	5,84
(-)	Benefícios	(7.965)	(7.593)	4,90
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(255)	(177)	44,07
(-)	Custeio Administrativo	(205)	(190)	7,89
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1 + 2)	9.912	10.445	(5,10)
(+/-)	Provisões Matemáticas	(12.691)	(8.621)	47,21
(+/-)	Fundos Previdenciais	(11)	(5)	120,00
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	2.790	(1.819)	(253,38)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	153.840	143.928	6,89
	C) Fundos não previdenciais	5.797	5.545	4,54
(+/-)	Fundos Administrativos	5.731	5.479	4,60
(+/-)	Fundos dos Investimentos	66	66	-

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N  433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N  426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF N  305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n  011832/O-3
CPF N  376.079.879-91

5. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Benefícios Multifuturo II

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO %
Patrimônio de Cobertura do Plano (1+2)	153.824	143.923	6,88
1. Provisões Matemáticas	144.149	131.458	9,65
1.1. Benefícios Concedidos	81.973	78.140	4,91
Contribuição Definida	77.032	73.467	4,85
Benefício Definido	4.941	4.673	5,74
1.2. Benefício a Conceder	62.176	53.318	16,61
Contribuição Definida	58.117	51.058	13,83
Saldo de contas - parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	32.868	28.982	13,41
Saldo de contas - parcela participantes	25.249	22.076	14,37
Benefício Definido	4.059	2.260	79,60
2. Equilíbrio Técnico	9.675	12.465	(22,38)
2.1. Resultados Realizados	9.675	12.465	(22,38)
Superávit técnico acumulado	9.675	12.465	(22,38)
Reserva de Contingência	2.250	1.734	29,76
Reserva para revisão de plano	7.425	10.731	(30,81)

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF Nº 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada

Exercício findo em 31 de dezembro.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2010	2009	VARIAÇÃO %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	63.944	60.117	6,37
1. Custeio da Gestão Administrativa	11.257	11.915	(5,52)
1.1. Receitas	11.257	11.915	(5,52)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.888	1.839	2,66
Custeio Administrativo dos Investimentos	4.035	2.875	40,35
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	282	-	100,00
Receitas Diretas	2.907	3.568	(18,53)
Resultado Positivo dos Investimentos	2.145	3.633	(40,96)
2. Despesas Administrativas	(8.875)	(8.088)	9,73
2.1. Administração Previdencial	(4.837)	(4.319)	11,99
Pessoal e encargos	(2.316)	(2.309)	0,30
Treinamentos/congressos e seminários	(19)	(22)	(13,64)
Viagens e estadias	(34)	(24)	41,67
Serviços de terceiros	(1.280)	(1.020)	25,49
Despesas gerais	(952)	(698)	36,39
Depreciações e amortizações	(210)	(228)	(7,89)
Contingências	(3)	(3)	-
Outras Despesas	(23)	(15)	53,33
2.2. Administração dos Investimentos	(4.038)	(3.769)	7,14
Pessoal e encargos	(2.165)	(2.137)	1,31
Treinamentos/congressos e seminários	(18)	(21)	(14,29)
Viagens e estadias	(30)	(24)	25,00
Serviços de terceiros	(872)	(824)	5,83
Despesas gerais	(736)	(531)	38,61
Depreciações e amortizações	(197)	(214)	(7,94)
Contingências	(3)	(3)	-
Outras Despesas	(17)	(15)	13,33
3. Resultado Negativo dos Investimentos	(398)	-	(100,00)
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)	1.984	3.827	(48,16)
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	1.984	3.827	(48,16)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	65.928	63.944	3,10

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF Nº 433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF Nº 426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF Nº 305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC nº 011832/O-3
CPF Nº 376.079.879-91

7. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

(Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL - FUSESC é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação em 31 de outubro de 1977, tendo por finalidade institucional a administração de planos de benefícios previdenciários, por meio de contribuição mensal das Patrocinadoras e dos respectivos Participantes e Assistidos na forma dos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

O Estatuto, o Plano de Benefícios original e o funcionamento desta Entidade foram aprovados pela Portaria nº 1.834, de 27 de setembro de 1979 do Ministro de Previdência e Assistência Social – MPAS. Em 03 de setembro de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a alteração do Estatuto vigente da Fundação, conforme Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 1.526, publicada no Diário Oficial da União em 05 de setembro de 2007. A FUSESC é regulada pelas disposições contidas nas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29 de maio de 2001.

A FUSESC é patrocinada pelas seguintes empresas:

- Banco do Brasil S.A (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A.– BESC);
- Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC;
- Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – CODESC;
- BESC S.A. Corretora de Seguros e Administradora de Bens – BESCOR.

PLANOS DE BENEFÍCIOS:

A FUSESC administra os seguintes Planos de Benefícios:

• PLANO DE BENEFÍCIOS I

O Plano de Benefícios I, anteriormente denominado Plano de Benefícios Fusesc, existente desde o início da entidade, é estruturado na modalidade de benefício de contribuição variável. Existem neste plano os benefícios suplementares de auxílio-doença, auxílio-reclusão, aposentadorias e pensão por morte, além de pecúlio por morte, na forma prevista na norma regulamentar.

Após alteração regulamentar, no decorrer do exercício de 2007, o plano deixou de ser estruturado na modalidade de benefício definido, passando a ser de contribuição variável em decorrência de um grupo de participantes-assistidos optarem pela forma de recebimento da renda mensal continuada vitalícia para uma renda em percentual do saldo de conta.

Em 31 de dezembro de 2010, além dos assistidos pelo plano e dependentes em gozo de pensão por morte, restavam 03 (três) participantes. Não é permitido o ingresso de novos participantes no Plano de Benefícios I por ser caracterizado como plano em extinção desde 01/01/2003.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO I

O Plano de Benefícios Multifuturo I, estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, pelo Ofício nº 646/SPC/GAB/COA, de 18 de abril de 2002. O referido plano é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. (Incorporadora do Banco do Estado de Santa Catarina S.A. – BESC) e foi implantado em junho de 2002.

• PLANO DE BENEFÍCIOS MULTIFUTURO II

O Plano de Benefícios Multifuturo II, também estruturado na modalidade de contribuição variável, foi aprovado pelo Ofício nº 2.183/SPC/COA, de 20 de dezembro de 2002 e foi implantado em janeiro de 2003. O plano está sendo patrocinado pelas empresas BADESC, BESCOR E CODESC e pela própria FUSESC.

A escrituração contábil da FUSESC é efetuada de forma a segregar os direitos e obrigações de cada plano de benefício, conforme previsto na legislação vigente.

NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE nº 11, e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis as entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as Gestões Previdencial, Administrativa e o Fluxo dos Investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

Estão sendo contempladas nas demonstrações contábeis, as alterações nos Anexos B e C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, promovidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar, através da Resolução nº 1, de 3 de março de 2011.

Conforme previsto pelos órgãos normativos, além das características já descritas, os registros contábeis são segregados em três gestões distintas: a Previdencial, a Administrativa e a Assistencial, e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade de suas transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão Assistencial, que não se aplica a FUSESC em função de não possuir Plano Assistencial dentro da Entidade, seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde – ANS.

Em 2009, as normas estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, era a Resolução CGPC nº 05, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 10, de 05 de julho de 2002, publicadas no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro e 09 de julho de 2002, respectivamente, e demais alterações posteriores, sendo estas revogadas pela Resolução CGPC nº 28.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS

As principais práticas e critérios contábeis adotados para elaboração das presentes demonstrações contábeis foram as descritas a seguir:

a) Registros das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas

As adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações negativas do Fluxo de Investimento, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, exceto as adições de contribuições dos participantes autopatrocinados vinculados ao plano de contribuição variável, que são escrituradas pelo regime de caixa.

A Rendas/Variações Positivas oriundas de dividendos, bonificações e juros sobre capital próprio recebidos em dinheiro, decorrentes de investimentos em ações, são reconhecidas após a publicação da decisão da Assembléia Geral dos Acionistas das empresas investidas.

b) Reservas Matemáticas e Fundos da Gestão Previdencial

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos por atuários externos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e assistidos.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2010 e 2009, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo, e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações.

d) Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto no item 11, Anexo "A" da Instrução nº 34, de setembro de 2009.

Na constituição da provisão referente aos direitos creditórios de liquidação duvidosa foram adotados os seguintes percentuais sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos:

- 25% (vinte e cinco por cento) para atrasos entre 61 (sessenta e um) e 120 (cento e vinte) dias;
- 50% (cinquenta por cento) para atrasos entre 121 (cento e vinte e um) e 240 (duzentos e quarenta) dias;
- 75% (setenta e cinco por cento) para atrasos entre 241 (duzentos e quarenta e um) e 360 (trezentos e sessenta) dias; e
- 100% (cem por cento) para atrasos superiores a 360 (trezentos e sessenta) dias.

e) Ativo Realizável

Gestão Previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente, devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes.

Gestão Administrativa

Registra os valores a receber vinculados às operações administrativas.

Investimentos

• Renda Fixa

Os títulos de Renda Fixa estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de forma *pro rata* até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão, quando aplicável, para redução ao seu valor de realização.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculada à modalidade de aplicação.

Títulos e Valores Mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Resolução CGPC nº 04/2002 de janeiro de 2002, passaram a ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados nas seguintes categorias:

Títulos para Negociação: refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição;

Títulos Mantidos até o Vencimento: são classificados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção e capacidade financeira da EFPC de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados, pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias acima passaram a ser avaliados, respectivamente, pelo valor de mercado e pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

• Renda Variável

As aplicações no Mercado de Ações são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado, considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, conforme alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores por período superior a seis meses, foram avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou custo, dos dois o menor. A legislação faculta, ainda, que as ações poderão ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada, para a avaliação dos valores mobiliários de renda variável de companhias sem mercado ativo em bolsa de valores ou

em mercado de balcão organizado, com condicionantes e evidenciando o(s) critério(s) em Notas Explicativas. Para as ações consideradas de difícil realização foi constituída provisão para perdas.

Os valores aplicados em Fundos de Investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição, acrescido da valorização da quota até o final do exercício.

- **Investimentos Imobiliários**

Registra os valores aplicados no mercado imobiliário (de uso próprio e aqueles destinados à locação ou participação), bem como os aluguéis ou direitos a receber, inclusive aqueles decorrentes de alienações. Os investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e ajustados por reavaliações efetuadas de acordo com os laudos de avaliação de peritos especializados.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis, apurada no último laudo de reavaliação.

Os imóveis alienados de forma parcelada estão sendo corrigidos e amortizados conforme as cláusulas estabelecidas nos respectivos contratos.

- **Operações com Participantes**

As Operações com Participantes representam os empréstimos concedidos, acrescidos de atualização monetária e juros pactuados, líquidos das devidas provisões para fazer frente a possíveis perdas na realização dos créditos.

f) Ativo Permanente

- **Imobilizado**

Representa os bens móveis necessários ao funcionamento da FUSESC, e estão registrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e depreciados pelo método linear, considerando a aplicação das seguintes taxas:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Computadores e periféricos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Instalações	10% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Equipamentos de Informática	20% a.a.
Softwares	20% a.a.
Ventiladores – Refrigeradores de AR	25% a.a.

- **Diferido - Intangível**

Representa os gastos com desenvolvimento de sistemas da Fundação e estão registrados ao custo de aquisição, amortizados pelo método linear, considerando a aplicação da taxa de 20% ao ano.

De acordo com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, permanecerá nesta classificação até sua completa amortização, não sendo permitida a inclusão de novos valores no referido grupo contábil.

g) Provisão de Férias, 13º Salário e respectivos encargos

São provisionadas no Plano de Gestão Administrativa, segundo o regime de competência, as férias vencidas e proporcionais, o adicional de um terço e o retorno de férias e o 13º salário acrescidos dos seus respectivos encargos sociais.

h) Exigível Contingencial

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. É constituída e atualizada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito determinada pelos advogados patrocinadores dos processos, além de adotar os seguintes critérios: efetivar o registro da provisão no passivo dos planos, em contrapartida da despesa que lhe deu origem; e existindo depósito judicial o mesmo é registrado no Passivo Contingencial do plano em conta redutora.

i) Receitas Administrativas

De acordo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, Instrução SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, as receitas administrativas são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, que, conforme previsto atuarialmente, para o exercício de 2010 está assim representado:

- Plano de Benefício I: percentual de 5% sobre as receitas de contribuições mensais para os assistidos na modalidade de benefício definido e de 1% para os assistidos que optaram para a modalidade de renda variável, sobre o valor do benefício.
- Plano de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II: percentual de 0,33%, por parte da patrocinadora e dos participantes ativos, sobre o salário de contribuição, enquanto que para os assistidos o custeio administrativo é de 1% sobre o valor do benefício.

j) Operações Administrativas

Atendendo a legislação vigente, Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são efetuadas através do Plano de Gestão Administrativa – PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA é constituído pelas receitas Previdenciais, de Investimentos e Diretas, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefício Previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

Para a determinação do saldo do Fundo administrativo de cada plano a FUSESC utiliza o seguinte critério:

- Receitas: Alocadas diretamente a cada plano que as originou, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e investimentos;
- Despesas Específicas: Alocadas diretamente ao plano que as originou;
- Despesas Comuns: Utilização de critério de rateio de equivalência patrimonial pelo Fundo Administrativo de cada plano levando-se em consideração o saldo contábil do ano anterior.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da FUSESC, e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

NOTA 04 – ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada das Contribuições Contratadas está assim demonstrada:

PATROCINADORAS	Sigla do Plano de Benefícios	2010	2009
SERVIÇO PASSADO CONTRATADO			
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. – BADESC	Plano I	178	245
	Multifuturo II	3.567	4.899
	Total	3.745	5.144
BESC S.A. Corretora de Seguros e Adm. de Bens - BESCOR	Plano I	52	66
	Multifuturo II	1.044	1.313
	Total	1.096	1.379
Companhia de Desenv. do Estado de Santa Catarina S.A. - CODESC	Plano I	411	564
	Multifuturo II	8.220	11.288
	Total	8.631	11.852
TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS		13.472	18.375

Contribuições Contratadas

Com a implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, em janeiro de 2003, a patrocinadora BADESC contratou, em 23 de dezembro de 2002, o montante de R\$ 30.773 mil. Desse valor, R\$ 21.447 mil foram pagos no ato da assinatura do contrato, mediante a transferência de 14.294 títulos públicos federais LFT-B. O saldo remanescente em 2002 (R\$ 9.326 mil) está sendo quitado em moeda corrente nacional, num total de 120 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de janeiro de 2003, no valor de R\$ 103 mil e as demais no último dia de cada mês, calculadas pelo Sistema Francês de Amortização, considerando a taxa de juros de 0,5% ao mês e a atualização pela variação do INPC do mês anterior ao mês de competência da referida atualização.

As patrocinadoras BESCOR e CODESC contrataram, com a mesma finalidade de implantação do Plano de Benefícios Multifuturo II, os montantes de R\$ 2.501 mil e R\$ 21.491 mil, com parcelas no valor de R\$ 28 mil e R\$ 239 mil respectivamente, financiados com as mesmas características da patrocinadora BADESC.

NOTA 05 – ATIVO REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Segunda Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por meio de decisão, já transitada em julgado, proferida nos autos da Apelação Cível n.º 2006.72.00.013874-2/SC, interposta por esta Entidade, reconheceu a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, e autorizou o recolhimento do PIS-COFINS considerando a base de cálculo vigente antes da alteração promovida pela Lei n.º 9.718/98, bem como a compensar os valores indevidamente recolhidos a partir de dezembro de 2001, em face da prescrição quinquenal (LC nº 118/05), com tributos arrecadados pela Secretaria da Receita Federal, na forma do art. 170-A do CTN, cujo montante foi registrado a recuperar, em 2009, pelo principal no valor de R\$ 3.618 mil. No decorrer de 2010 o valor foi atualizado e totalmente compensado através de Perdcomp`s mensais, chegando ao montante de R\$ 6.487 mil.

NOTA 06 – ATIVO REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro, a Composição Consolidada da Carteira de Investimentos da Fundação estava assim representada:

DESCRIÇÃO	2010	2009
TÍTULOS PÚBLICOS	394.066	487.359
Títulos Públicos Federal	394.066	487.359
CREDITOS PRIVADOS E DEPOSITOS	22.532	30.390
Instituição Financeira	17.522	24.323
Companhias Abertas	5.010	6.067
AÇÕES	15.989	15.965
Companhias Abertas	15.989	15.965
FUNDO DE INVESTIMENTO	1.066.887	919.168
Ações	-	18.656
Multimercado	1.066.887	900.512
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	66.972	62.329
Edificações	66.049	61.399
Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários	923	930
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	44.229	39.775
Empréstimos	44.229	39.775
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	1.610.675	1.554.986

Para fins de comparação, a posição dos Investimentos de 2009 foi reclassificada dentro da estrutura do plano de contas de 2010.

O saldo das debêntures de emissão da Hauscenter, deduzido das provisões para perdas, em 2010 é de R\$ 3.149 mil (R\$ 3.415 mil em 2009), em 2009 era classificado contabilmente em Outros Investimentos de Renda Variável, em decorrência destas possuírem remuneração variável com base em participação nos seus respectivos empreendimentos, em 2010 passou a ser contabilizado em Créditos Privados e Depósitos.

Atendendo a legislação vigente foram constituídas as seguintes provisões para fazer frente a valores de difícil realização:

- a) Créditos Privados e Depósitos – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 26.292 mil (R\$ 20.440 mil em 2009), conforme relacionado a seguir:
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Buettner é de R\$ 19.036 mil (R\$ 14.477 mil em 2009). As debêntures foram provisionadas em 100%, estando em processo de cobrança judicial. As debêntures estão sendo corrigidas e está sendo mantido o mesmo percentual de provisionamento;
 - O saldo da provisão das debêntures de emissão da Hauscenter é de R\$ 7.256 mil (R\$ 5.963 mil em 2009). As debêntures então atreladas à participação de imóveis no World Trade Center de São Paulo, e no exercício de 2010 foi atualizado o provisionamento, passando de 63,66% para 69,74% levando-se em consideração o laudo de avaliação do imóvel. As debêntures estão sendo corrigidas e está sendo mantido o mesmo percentual de provisionamento.
- b) Ações – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 450 mil (R\$ 450 mil em 2009), conforme relacionado a seguir:
 - O saldo da provisão das ações de emissão da Cia Lorenz é de R\$ 450 mil (idem em 2009). As ações foram provisionadas em 100% do valor de mercado, em razão da empresa estar em processo falimentar.
- c) Investimentos Imobiliários – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.041 mil (R\$ 782 mil em 2009). As provisões foram constituídas para os valores registrados como aluguéis vencidos e impostos e taxas a receber. Tais valores estão sendo objetos de negociação e/ou cobrança judicial.
- d) Operações com Participantes – O saldo das provisões em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 81 mil (R\$ 62 mil em 2009). As provisões foram constituídas para os mutuários com empréstimos vencidos que se desligaram das patrocinadoras e na sua maioria não solicitaram benefício na Fundação. Os valores estão sendo objetos de negociação com os participantes.

6.1 – RENDA FIXA - TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO GOVERNO FEDERAL

Atendendo a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com as alterações promovidas pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002, Resolução CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e demais atualizações, os títulos e valores mobiliários mantidos pela Fundação, passíveis de classificação nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e para negociação na carteira própria e de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais são demonstrados a seguir:

a) Composição das Carteiras e Prazos de Vencimento:

Títulos	2010			2009
	Até 360 Dias	Acima de 360	Total	Total
CARTEIRA PRÓPRIA	-	394.066	394.066	487.359
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	-	394.066	394.066	487.359
Letras Financeiras do Tesouro	-	276.428	276.428	378.560
Notas do Tesouro Nacional	-	117.638	117.638	108.799
FUNDOS EXCLUSIVOS	227.093	676.843	903.936	526.915
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	227.093	676.843	903.936	526.915
Letras Financeiras do Tesouro	135.251	309.203	444.454	231.004
Notas do Tesouro Nacional	-	278.691	278.691	295.911
Letras do Tesouro Nacional	91.842	88.949	-	-
TOTAL	227.093	1.070.909	1.298.002	1.014.274

b) Composição por Tipo de Papel:

Títulos	2010	
	Custo	Mercado
Títulos para Negociação	518.988	518.988
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	413.248	413.248
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	-	-
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	8.771	8.771
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	96.969	96.969
Títulos Mantidos Até o Vencimento	779.014	779.014
Letras Financeiras do Tesouro (Carteira Própria)	276.428	276.428
Letras Financeiras do Tesouro (Fundos Exclusivos)	31.206	31.206
Notas do Tesouro Nacional (Carteira Própria)	117.638	117.638
Notas do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	269.920	269.920
Letras do Tesouro Nacional (Fundos Exclusivos)	83.822	83.822
TOTAL	1.298.002	1.298.002

A Fundação encaminhou declaração ao banco responsável pela custódia e controle dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e das carteiras de fundos dirigidos exclusivamente a investidores institucionais, sobre sua capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”.

De acordo com o previsto no Art. 6º da Resolução CGPC nº 4, acima citada, não houve a necessidade de reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários, por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

6.2 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

		2010			2009
		Custo Reavaliado	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Edificações					
Uso Próprio	(a)	3.561	(13)	3.548	3.100
Locadas à Patrocinadoras	(a)	764	(6)	758	593
Locadas à Terceiros	(a)	62.057	(996)	61.061	57.075
Valores a Receber (Aluguéis, Taxas e demais)	-	682	-	682	631
Direitos em Alienação de Investimentos Imobiliários	-	923	-	923	930
		67.987	(1.015)	66.972	62.329

(a) As taxas anuais de depreciação são ajustadas em função da vida útil remanescente dos bens, apresentadas nos últimos laudos de avaliação.

Com o objetivo de eliminar as distorções das reavaliações trienais, a Fusesc a partir do exercício de 2007 passou a reavaliar 1/3 dos seus imóveis a cada ano. Em 2009 a reavaliação de 1/3 foi no mês de setembro. No exercício de 2010, de acordo com o laudo de avaliação de perito independente emitido pela empresa “Avalisc – Engenharia de Avaliações S/C Ltda.”, foi realizada a reavaliação de 1/3 dos seus imóveis onde se obteve o resultado positivo no montante R\$ 5.302 mil, no qual foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a crédito de receita dos Investimentos. Os ativos reavaliados passaram, a partir de setembro de 2010, a serem depreciados pela sua vida útil remanescente estimada nos referidos laudos de avaliação.

O resultado da reavaliação está demonstrado como segue:

DESCRIÇÃO	Valor Reavaliado	Valor Contábil	Resultado
Setembro/10			
Edificações	21.386	16.084	5.302
Uso Próprio	3.561	3.077	484
Locadas à Patrocinadoras	763	412	351
Locadas à Terceiros	17.062	12.595	4.467
TOTAIS	21.386	16.084	5.302

NOTA 07 – EXIGÍVEL OPERACIONAL

Os valores registrados como exigível operacional são, substancialmente, decorrente das obrigações relativas à concessão de benefícios e obrigações fiscais (Gestão Previdencial), provisões e as obrigações fiscais e de pessoal e encargos (Gestão Administrativa), operações de créditos privados – debêntures, operações de imóveis – edificações e as obrigações fiscais (investimentos).

NOTA 08 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A FUSESC, com a adesão à anistia proposta pela União, desistiu das demandas judiciais nas quais pleiteava sua imunidade tributária. O montante do depósito na demanda que versa sobre o imposto provisório sobre a movimentação financeira - IPMF ainda não foi levantado pela Fazenda Nacional.

Em virtude de mandado de segurança impetrado pela ABRAPP, no qual é questionada a exação tributária das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, a FUSESC vinha consignando judicialmente o imposto de renda exigido nos moldes do regime especial de tributação – RET e em dezembro de 2005 protocolou pedido de desistência da medida judicial, também não levantado pela Fazenda Nacional.

Em função das demandas judiciais, a Fundação atendendo as normas contábeis, constitui provisões referentes a: expurgos inflacionários no valor em 2010 de R\$ 39.981 mil (R\$ 36.084 mil em 2009), valor este que abrange todos os participantes, demandantes ou não da ação judicial; ações referente a gratificação de cargo estratégico no valor de R\$ 8.043 mil e as ações referente a cesta-alimentação no valor de R\$ 1.634 mil. Tal cautela se justifica ante o número avolumado de ações, a nível nacional, e que vem, por entendimentos controversos, resultando em discussões e

decisões que amparam nossa opção pelo provisionamento.

Como consequência das ações trabalhistas e cíveis promovidas contra a Fundação, foram efetuadas, por exigência legal, uma série de depósitos recursais com o propósito de permitir o questionamento de referidas demandas nas instâncias superiores.

Tendo em vista as disposições estabelecidas nas normas que regulam os procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, o registro contábil dos valores depositados judicialmente deve figurar como uma conta redutora da conta que registra a referida obrigação, razão pela qual, tais valores acabam não sendo evidenciados nas Demonstrações Contábeis.

Em 31 de dezembro os valores envolvidos em demandas judiciais, para os quais a Fundação mantém depósitos judiciais correspondentes estão assim representados:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Imposto de Renda - Regime Especial de Tributação - RET	9.832	9.397
Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira	456	454
Ações Trabalhistas/Cíveis	3.085	2.812

NOTA 09 – EXIGÍVEL ATUARIAL

O Exigível Atuarial foi determinado pela consultoria atuarial independente Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., que adotou na Avaliação Atuarial, os seguintes regimes e métodos de financiamento:

- No Plano de Benefícios I (plano de contribuição variável, em extinção):
 - Para avaliação do benefício de auxílio-doença, foi adotado o Regime de Repartição Simples;
 - Para os demais benefícios, o Regime de Capitalização, com o Método Agregado.
- Nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II (planos de contribuição variável):
 - Para avaliação do benefício de aposentadoria por invalidez e pensão por morte antes da aposentadoria, foi adotado o Regime de Capitalização, com o Método Agregado;
 - Para os demais benefícios, o de Regime de Capitalização Financeira.

As hipóteses econômicas e demográficas utilizadas nas avaliações de 2010 e 2009 estão demonstradas, como segue:

TIPO DE HIPÓTESE	AVALIAÇÃO 2010	AVALIAÇÃO 2009
	DATA-BASE: dezembro-2010	DATA-BASE: dezembro-2009
ECONÔMICAS		
Retorno dos Investimentos	INPC + 5% a.a.	INPC + 5,5% a.a.
Crescimento Salarial	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 2% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,41% a.a.	Plano BD e Multifuturo I: INPC + 2,13% a.a. Plano Multifuturo II: INPC + 3,34% a.a.
Crescimento do Teto do INSS	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Reajuste de Benefícios	INPC + 0% a.a.	INPC + 0% a.a.
Fator de Capacidade Salarial e de Benefício	98%	98%
DEMOGRÁFICAS		
Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Invalidos	60% RRB - 1944	70% RRB - 1944
Entrada em Invalidez	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)	IAPB-57 Forte (80% sexo masculino e 110% sexo feminino)
Rotatividade	Nula	Nula

Os resultados das avaliações destes três planos foram posicionados separadamente, conforme demonstram os pareceres atuariais datados em 11 de fevereiro de 2011.

Apresentamos a seguir, o Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial da FUSESC, em 31 de dezembro:

DESCRIÇÃO	2010	2009
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.212.740	1.178.009
Contribuição Definida	777.588	770.717
Benefício Definido	435.152	407.292
BENEFÍCIOS A CONCEDER	224.327	198.570
Contribuição Definida	204.435	191.120
Benefício Definido	19.892	7.450
TOTAL DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.437.067	1.376.579

- **Provisão Matemática de Benefícios Concedidos**

É a diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Fundação, em relação aos destinatários em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

- **Provisão Matemática de Benefícios a Conceder**

No Plano de Benefícios I e para os benefícios de risco dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela FUSESC, em relação aos participantes e respectivos beneficiários, que ainda não estejam em gozo de rendas iniciadas de aposentadorias ou pensões, e o valor atual das contribuições que, por eles, ou pelas Patrocinadoras, venham a ser recolhidos aos cofres da FUSESC, para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio vigente.

Para os benefícios programáveis dos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder é a totalidade dos saldos efetivamente acumulados nas contas previdenciárias dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada, com as atualizações devidas conforme dispõe o regulamento dos planos.

NOTA 10 – RESULTADO ACUMULADO

O Resultado Acumulado da FUSESC é superavitário, correspondendo em 31 de dezembro de 2010 ao montante de R\$ 71.436 mil (R\$ 110.799 mil em 2009) caracterizando assim, uma suficiência patrimonial em relação aos compromissos totais. Ressalte-se que este superávit ocorreu em função do bom desempenho da rentabilidade efetiva dos ativos da Fundação em anos anteriores e a redução em relação a 2009 (R\$ 29.363 mil) decorre da contabilização de contingência do Programa Previdencial, da alteração da tábua de mortalidade de inválidos, da alteração da taxa de crescimento salarial e da alteração da taxa de juros da meta atuarial.

Em atendimento a Resolução CGPC nº 26 de 29/09/2008, regulamentada pela Instrução SPC nº 28 de 30/12/2008, o superávit técnico foi classificado em Reserva de Contingência no valor de R\$ 64.011 mil e Reserva para Revisão de Plano no valor de R\$ 7.425 mil. Os Planos de Benefício I e Multifuturo I o resultado está classificado em Reserva de Contingência, por não ultrapassar o limite de 25%, quanto ao Plano Multifuturo II o excedente foi classificado em Reserva para Revisão no Plano e de acordo com a legislação vigente, apesar de 2010 ser o terceiro ano de registro da reserva especial, a mesma não poderá ser utilizada, pois um dos critérios para o seu uso é que do ativo do plano sejam deduzidas as contribuições devidas pela patrocinadora, no qual representam R\$ 12.743 mil.

NOTA 11 – CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS

O Fundo da Gestão Administrativa (Fundo Administrativo) é constituído pela diferença entre as receitas, taxa de administração, carregamento previdencial, receitas diretas e as despesas administrativas. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 65.928 mil (R\$ 63.944 mil em 2009).

O Fundo do Programa de Investimentos foi constituído com recursos da cobrança da taxa de quitação dos

empréstimos liberados aos participantes para amortização desses em casos de morte. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 759 mil (R\$ 770 mil em 2009).

O Fundo Previdencial foi constituído atuarialmente nos Planos de Benefícios Multifuturo I e Multifuturo II, como resultado dos saldos de contas formadas pelas contribuições realizadas exclusivamente pelas patrocinadoras, relativos aos participantes desligados dos respectivos planos e que resgataram suas contribuições pessoais. Este Fundo poderá ser utilizado para reduzir contribuições futuras das patrocinadoras ou para cobertura de eventuais insuficiências dos planos, observado o disposto na legislação vigente, no plano de custeio anual e na manifestação do atuário. O montante desse Fundo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 537 mil (R\$ 329 mil em 2009).

NOTA 12 – COMPARAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Para efeito de comparação das Demonstrações Contábeis com o exercício de 2009, os valores foram reclassificados de acordo com a nova planificação contábil de 2010.

Foram também acrescentados para efeito de demonstração e comparação, exercício de 2010 com o de 2009, na Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios e na Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios os valores referentes    participação dos Fundos Administrativos e Fundos de Investimentos nos Planos de Benefícios.

Vânio Boing
Diretor Superintendente
CPF N   433.085.709-04

Bruno José Bleil
Diretor Administrativo e de Seguridade
CPF N   426.033.079-91

Aroldo Benjamin Ouriques Filho
Diretor Financeiro
CPF N   305.676.029-15

João Carlos Silveira dos Santos
Contador CRC/SC n   011832/O-3
CPF N   376.079.879-91

8. Parecer Atuarial da Avaliação em 31.12.2010

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente parecer tem por objetivo apresentar nossas considerações sobre a avaliação atuarial de 31/12/2010 do plano de benefícios Multifuturo II administrado pela FUSESC, o qual é constituído na modalidade de Contribuição Variável, tal como definido no art. 4º da Resolução CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Nossa avaliação tomou por base as normas estatutárias e regulamentares que regem o mencionado plano, bem como a legislação previdenciária aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC, todos em vigor na data-base da avaliação atuarial.

Os resultados apresentados neste parecer tomam por base a avaliação realizada com fundamento nas premissas e hipóteses definidas em conjunto com a diretoria e conselho deliberativo da entidade, bem como os normativos internos vigentes na data da reavaliação e os dados cadastrais posicionados em dezembro de 2010.

BASE DE DADOS

Os dados cadastrais utilizados na reavaliação atuarial do Plano de benefícios Multifuturo II estão posicionados em dezembro de 2010, tendo sido avaliados por esta consultoria como de boa qualidade, consistentes, completos e adequados aos cálculos atuariais necessários para a determinação do passivo atuarial e situação atuarial do plano de benefícios, bem como para a elaboração do plano de custeio a vigorar em 2011.

Em 31/12/2010, o plano contava com 231 participantes ativos, com idade média igual a 44,9 anos, 5 participantes aguardando BPD, cuja idade média é de 51,4 anos, 21 participantes em autopatrocínio com rescisão de contrato de trabalho (idade média de 47,2 anos) e 4 participantes em autopatrocínio sem rescisão do contrato de trabalho e com idade média igual a 50,0 anos.

Na mesma data-base existiam 146 assistidos por aposentadoria programada com idade média igual a 57,0, com uma expectativa de vida média igual a 27,4 anos, 9 assistidos por invalidez com idade média de 54,0, e 6 grupos de pensões.

HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais utilizadas nesta reavaliação foram:

Hipóteses biométricas

- Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: IAPB5-57 Forte (80% da taxa original para o sexo masculino e de 110% para o sexo feminino);
- Tábua de mortalidade de inválidos: 60% das taxas originais da RRB-1944;
- Rotatividade: nula; e
- Não foi utilizada a hipótese de gerações futuras.

Hipóteses Demográficas

- Composição do grupo familiar na data do óbito do participante
 - Participantes assistidos: dados dos dependentes informados em cadastro; e
 - Participantes ativos: hipótese de que todos terão dependente vitalício, sendo o homem três anos mais velho do que a mulher.

Hipóteses Econômicas e Financeiras

- Taxa de juros anual real: 5,0%
- Projeção de crescimento real anual dos salários: 3,41%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do RGPS: 0,00%
- Projeção de crescimento real anual dos benefícios do plano: 0,00%
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:
 - Salários: 0,98

- Benefícios do RGPS: 1,00
- Benefícios do plano: 0,98

(*) O fator de capacidade igual a 0,98 reflete uma taxa de inflação estimada em torno de 4,5% ao ano.

Regimes financeiros e método atuarial

- Regime de Capitalização Financeira: benefícios programados de aposentadoria antecipada, aposentadoria normal, benefício proporcional e portabilidade;
- Regime de Capitalização (método Agregado): benefícios de risco de aposentadoria por invalidez, reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e pensão por morte de ativo.

Em relação à reavaliação atuarial de 31/12/2009, foram alteradas as hipóteses de tabela de mortalidade de inválidos, a taxa de crescimento real dos salários e a taxa de juros, conforme exposto abaixo:

Hipótese	2009	2010
Tábua de mortalidade de inválidos	70% da RRB-44	60% da RRB-44
Taxa de juros real anual	5,5%	5,0%
Crescimento real anual dos salários	3,34%	3,41%

Todas as hipóteses adotadas estão em conformidade com as disposições da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2009, tendo sido selecionadas em função dos resultados dos testes de aderência e dos estudos estatísticos realizados por esta consultoria, bem como dos estudos técnicos desenvolvidos pela área de investimentos da FUSESC em relação às hipóteses de taxa de juros e expectativa de inflação.

Os testes de aderência se encontram em poder da entidade e tiveram como resultados conclusivos a necessidade de um novo fator de ajuste para a tabela de mortalidade de inválidos, fato este que nos levou a recomendar ao Conselho Deliberativo da entidade a adoção do fator de 60% incidente sobre as taxas originais da tabela de mortalidade de inválidos, o que foi aprovado pelo referido órgão.

Foram realizados também estudos estatísticos de projeção do crescimento real de salários que determinaram a substituição das taxas de crescimento real utilizadas na reavaliação atuarial de 2009 pelas taxas acima apresentadas, as quais se mostraram mais aderentes à dinâmica salarial futura das patrocinadoras do plano de benefícios. Essa alteração também foi recomendada ao Conselho Deliberativo e por este aprovada.

Com relação às alterações nos fatores de capacidade e na taxa de juros, estas foram fruto de estudos técnicos da área de investimentos da FUSESC, que demonstraram a redução na expectativa de inflação futura e na taxa de juros. Por consequência, fez recomendações de alteração nessas hipóteses ao Conselho Deliberativo, que foram aprovadas. Estas taxas foram submetidas às patrocinadoras que emitiram declarações favoráveis na forma do item 1.1 da Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

Cálculo do ativo líquido do plano

O ativo líquido do plano foi calculado a partir das informações contábeis da entidade, registradas em seu balancete de 31/12/2010 e abaixo reproduzidas.

Rubrica Valores em R\$

Ativo Total:	162.912.347,59
Exigível Operacional:	(-) 195.624,88
Exigível Contingencial:	(-) 3.079.539,26
Fundos:	(-) 5.812.965,30
Ativo Líquido do Plano:	153.824.218,15
Ativo Líquido Integralizado:	140.993.743,09
Ativo Líquido a Integralizar*:	12.830.475,06

* Serviço passado contratado, cujo prazo residual de amortização é de 24 meses, contados da data desta reavaliação atuarial.

Exigível atuarial e fundos

O exigível atuarial, em 31/12/2010, era composto da seguinte forma:

Rubrica	Valores em R\$
Provisões matemáticas:	144.149.225,13
Benefícios concedidos:	81.972.660,29
Contribuição definida	77.032.070,43
Benefício definido	4.940.589,86
Benefícios a conceder:	62.176.564,84
Contribuição definida:	58.117.350,16
Benefícios definido:	4.059.214,68
Valor Atual dos Benefícios Futuros não programados:	4.599.054,02
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Patrocinadores:	539.839,34
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras Participantes:	0,00

O balancete de 31/12/2010 registra um montante de R\$ 15.983,54 de saldo do fundo previdencial referente ao Fundo de Sobras de Contribuições e R\$ 5.796.981,76 referente à participação deste plano no Plano de Gestão Administrativa – PGA, totalizando R\$ 5.812.965,30 registrado em Fundos.

Confrontando-se o exigível atuarial com o ativo líquido do plano, observa-se que a situação atuarial é de um superávit de R\$ 9.674.993,02, que representa 107,50% das provisões matemáticas de benefício definido (R\$ 8.999.804,54), devendo, dessa forma, ser parcialmente destinado para a Reserva de Contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido e o restante formada a reserva especial para revisão do plano de benefícios, conforme as determinações dos artigos 7º e 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

A destinação do superávit atuarial será da seguinte forma:

- R\$ 2.249.951,14 serão destinados à reserva de contingência; e
- R\$ 7.425.041,88 serão destinados à reserva especial.

Lembramos que, no caso de utilização da reserva especial, deverão ser respeitadas as determinações da resolução CGPC nº 26 e que apesar do ano correte ser o terceiro ano em que a reserva especial é constatada no plano de benefícios Multifuturo II, a mesma não pode ser utilizada, pois um dos critérios para o seu uso é que do ativo do plano sejam deduzidas as contribuições devidas pela patrocinadora, o que no caso deste plano, representam R\$ 12.830.475,06 que, caso sejam subtraídas do ativo do plano e recalculada a situação atuarial, conduzirão a uma situação na qual não existirá a formação de reserva especial.

O resultado do plano pode ser atribuído aos seguintes fatores:

- A rentabilidade patrimonial inferior à meta atuarial composta pelo INPC + juros reais de 5,5% ao ano. Em 2010, a variação do INPC de dezembro de 2009 a novembro de 2010 foi de 6,08%, que acrescida à taxa real de juros do plano resultou em uma meta atuarial de 11,92%, frente a uma rentabilidade do plano igual a 10,47% ao ano, calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR);
- Os superávits acumulados de exercícios anteriores; e
- A elevação nos benefícios de risco originada dos aumentos observados no salário-real-de-benefício.

Plano de custeio para 2011

O plano de custeio a vigorar em 2011 adotará as mesmas regras de contribuição e limites de alíquotas para os benefícios programados e para o custeio administrativo, sendo, contudo, necessária uma revisão do custeio dos benefícios de risco em função das variações nos salários-reais-de-benefício (SRB), observadas entre os cadastros utilizados na reavaliação atuarial de 31/12/2009 e nesta reavaliação.

Cálculos efetuados por esta consultoria com base nos dados cadastrais usados em ambas as avaliações atuariais revelaram que, enquanto o salário-de-participação (SP) aumentou, em termos nominais, 17,20%, o SRB teve o seu valor nominal elevado em 15,30%, em média, e o valor da Unidade de Referência Fusesc - URF passou de R\$ 273,118463 para R\$ 290,461135, representando um aumento de 6,35%.

De acordo com as regras do plano de benefícios, o valor dos benefícios de risco é calculado tomando-se o maior valor entre a renda vitalícia obtida com conversão dos saldo de conta do participante e o cálculo obtido a partir da seguinte fórmula $90\% \times SRB - 9 \times URF$, podendo ser aplicado um fator de proporcionalidade, no caso de participante que ingressaram no plano após decorridos 60 (sessenta) dias da sua admissão na patrocinadora. Para a determinação da pensão, deve-se, ainda, multiplicar o resultado pela quota familiar e por tantas quotas individuais até o máximo de cinco.

É fácil perceber que o valor do benefício de risco sofre modificações, em função de aumentos no SRB e na URF, que serão diretamente proporcionais à diferença nas variações percentuais de aumento dessas duas variáveis. Dito de outra forma, um aumento no SRB potencializa o impacto no valor do benefício, caso a URF tenha aumentado em percentual inferior ao do SRB, o que ficou comprovado quando se comparam os cálculos efetuados por nossa consultoria, que resultaram em um aumento médio nos benefícios de risco de 15,94%.

A análise de consistência do cadastro revelou que existem aumentos de até 587,51% no SRB, sendo que 76,59% dos participantes ativos tiveram variação no SRB igual ou superior a 6%, mas também observou-se reduções superiores a 6% nos SRB de 3,17% dos participantes ativos no cadastro de dezembro de 2010.

O novo plano de custeio terá vigência a partir de 01/04/2011.

As contribuições normais das patrocinadoras poderão variar entre o limite mínimo de 2,33% e o máximo de 7% da folha de salários-de-participação de seus empregados, dependendo da opção contributiva do participante ativo, uma vez que a contribuição patronal é paritária até o limite máximo acima definido. Na taxa de contribuição estão incluídas a taxa para custeio administrativo (0,33%) e para cobertura dos benefícios de risco (1,09%).

Os participantes ativos contribuirão com taxas por eles selecionadas, observando-se o mínimo de 2,33% do salário-de-participação, sendo que na taxa de contribuição selecionada, estará incluída a taxa de 0,33% para custeio administrativo.

Os participantes que aguardam BPD recolherão a taxa de custeio administrativo equivalente a 0,66% do salário-de-participação, sendo opcional o recolhimento da taxa para cobertura dos benefícios de risco (1,09%).

Os assistidos pagarão contribuições calculadas com base na alíquota de 1% do valor do benefício, exclusivamente para custeio administrativo.

Comentários finais e recomendações

Conforme demonstrado nas exposições feitas no decorrer do presente parecer, o plano de benefícios denominado Multifuturo II apresenta situação atuarial equilibrada, observando-se um superávit de R\$ 9.674.993,02, que representa 107,50% das provisões matemáticas de benefício definido, devendo, dessa forma, ser parcialmente destinado para a Reserva de Contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas de benefício definido e o restante formada a reserva especial para revisão do plano de benefícios, conforme as determinações da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008.

A divisão do superávit atuarial será da seguinte forma:

- R\$ 2.249.951,14 serão destinados à reserva de contingência; e
- R\$ 7.425.041,88 serão destinados à reserva especial.

Lembramos que, no caso de utilização da reserva especial, deverão ser respeitadas as determinações da resolução CGPC nº 26 e que apesar do ano correte ser o terceiro ano em que a reserva especial é constatada no plano de benefícios Multifuturo II, a mesma não pode ser utilizada, pois um dos critérios para o seu uso é que do ativo do plano sejam deduzidas as contribuições devidas pela patrocinadora, o que no caso deste plano, representam R\$ 12.830.475,06 que, caso sejam subtraídas do ativo do plano e recalculada a situação atuarial, conduzirão a uma situação na qual não existirá a formação de reserva especial.

Apesar da situação equilibrada em termos atuariais, o custo dos benefícios de risco do plano (invalidez e morte) apresentou uma elevação em função dos substanciais crescimentos no salário-real-de-benefício (SRB), o que determina a necessidade de revisão do custeio para 2011.

O relatório do estudo de aderência das premissas e hipóteses atuariais revelou a necessidade de revisão das hipóteses de crescimento salarial e mortalidade de inválidos, cujas modificações foram recomendadas ao Conselho Deliberativo da Entidade e prontamente aceitas, inclusive a redução na taxa de juros recomendada pela área de investimentos da Entidade com base em estudos econômicos específicos.

Por fim, lembramos que a avaliação atuarial se constitui num estudo prospectivo de longo prazo das obrigações e direitos de um plano previdencial, estando firmemente alicerçada em premissas e hipóteses que devem refletir a tendência de longo prazo das variáveis econômicas, financeiras, previdenciais, laborais e biométricas que comandam a dinâmica da sua situação atuarial. Assim, torna-se imprescindível o constante acompanhamento das premissas e hipóteses utilizadas na avaliação atuarial, bem como a discussão sobre os métodos e regimes de financiamento dos benefícios, de forma a se buscar parâmetros mais apropriados à realidade do grupo de participantes e dependentes vinculados ao plano de benefícios.

Brasília – DF, 11 de fevereiro de 2011.

Antonio Mário Rattes de Oliveira

MIBA 1.162

9. Relatório dos Auditores Independentes Bez & Associados

Aos Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC
Florianópolis - SC.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de

evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria, que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação CODESC de Seguridade Social - FUSESC em 31 de dezembro de 2010, e o desempenho consolidado de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC.

Maringá - PR, 17 de março de 2011.

BEZ & Associados Auditores Independentes S/S - CRC PR 5.010/O-2
Marco Antônio Harger Lückmann - Contador - CRC SC 023456/O-6 T PR

10. Parecer do Conselho Fiscal da Fusesc

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Fundação Codesc de Seguridade Social FUSESC, de acordo com as Disposições Legais Estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Benefício I, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Multifuturo I, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Benefício I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo I, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada), Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano Benefício I, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano Multifuturo I, Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano Multifuturo II, referente ao exercício de 2010, bem como as Notas Explicativas, relatórios de conciliação, inventários de bens e outros documentos, e tendo em vista os pareceres de auditoria e atuarial, da Bez & Associados Auditores Independentes S/S e da Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda., respectivamente, são do parecer que os valores contábeis refletem a situação econ mico-financeira da Entidade.

Florianópolis, 28 de març  de 2011.

Júlio César Correa Búrigo
Presidente

José Luciano Silva
Conselheiro

Ricardo Bayer Battistotti
Conselheiro

J se Carlos Mantovani
Conselheiro

11. Parecer do Conselho Deliberativo da Fusesc

Entidade: FUNDAÇÃO CODESC DE SEGURIDADE SOCIAL | Sigla: FUSESC | CNPJ: 83.564.443/0001-32

Os membros do Conselho Deliberativo da Fundação Codesc de Seguridade Social - FUSESC, em reunião realizada no dia 30 de març  de 2011 no uso de suas atribuições, que lhes confere o item V do artigo 27 do Estatuto, após o exame do Balanço Patrimonial, Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano Benefício I, Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano Multifuturo I, Demonstr  o do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Benefício I, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo I, Demonstr  o da Mutação do Ativo Líquido do Plano Multifuturo II, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada), Demonstr  o das Obrigações Atuariais do Plano Benefício I, Demonstr  o das Obrigações Atuariais do Plano Multifuturo I, Demonstr  o das Obrigações Atuariais do Plano Multifuturo II, referente ao exercício de 2010, bem como as Notas Explicativas, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e considerando os Pareceres do Atuar o, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidiram, por unanimidade, pela sua aprovação.

Florianópolis, 30 de març  de 2011.

Fernanda de Figueroa Freitas Neves
Presidente

Volnei Tércio Sousa
Conselheiro

Pedro Bramont
Conselheiro

José Manoel de Oliveira
Conselheiro

Raul Ferreira
Conselheiro

Edison Silva de Orleans
Conselheiro



FUSC | FUNDAÇÃO CODESC
DE SEGURIDADE SOCIAL

Sua proteção, nosso valor

Rua Dom Jaime Câmara, 217

CEP 88.015-120 - Florianópolis - SC

Fone (48) 3251-9333

Central de Atendimento Alô Fusc: 0800-48-3000 (ligação gratuita)

www.fusc.com.br | alofusc@fusc.com.br